



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS



RODRIGO NOBRE VINAGRE

ASPECTOS ÉTICOS DAS GRANDES CRISES CAPITALISTAS

JOÃO PESSOA, PB
MARÇO/ 2014

RODRIGO NOBRE VINAGRE

ASPECTOS ÉTICOS DAS GRANDES CRISES
CAPITALISTAS

Monografia apresentada à Coordenação do
Curso de Ciências Econômicas da
Universidade Federal da Paraíba, em
cumprimento às exigências para obtenção
do título de Bacharel em Ciências
Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Lyra Martins

João Pessoa – PB

2014

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

AValiação da Monografia

Comunicamos à coordenação de Monografia do curso de Ciências Econômicas (Bacharelado) que a monografia do aluno: RODRIGO NOBRE VINAGRE, matrícula 10423770, intitulada, ASPECTOS ÉTICOS DAS GRANDES CRISES CAPITALISTAS, foi submetida à apreciação da comissão examinadora composta pelos seguintes professores: Prof. Dr. Alexandre Lyra Martins (Orientador), Prof. Ms. Alysson André Oliveira Cabral (Examinador) e Prof. Dr. Adriano Firmino Valdevino de Araújo (Examinador), no dia ___/___/___, às ___ horas, no período letivo 2013.1.

A monografia foi _____ pela comissão examinadora e obteve nota _____ (_____).

Reformulações sugeridas: Sim () Não()

Atenciosamente,

Prof. Dr. Alexandre Lyra Martins
(Orientador)

Prof. Ms. Alysson André Oliveira Cabral
(Examinador)

Prof. Dr. Adriano Firmino Valdevino de Araújo
(Examinador)

Prof. Dr. Alexandre Lyra Martins
(Coordenador de Graduação)

Prof. Ms. Ademário Félix de Araújo
(Coordenador de monografia)

CIENTE: _____

Rodrigo Nobre Vinagre

Dedico este trabalho aos meus pais.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais que me ajudaram com muita força e paciência, nas horas difíceis tinha sempre o ombro amigo, agradeço do fundo do meu coração.

Aos meus irmãos, que sempre me apoiaram e não contaram esforços para me ajudar.

Ao meu orientador, Professor Dr. Alexandre Lyra Martins, pelo empenho, dedicação e principalmente pela paciência dada à realização deste trabalho.

Aos meus colegas de curso Mitterrand e Diego, que sempre me ajudaram, com muita alegria e descontração, construindo assim uma amizade sadia que vai perdurar por muitos e muitos anos.

RESUMO

O presente trabalho é um estudo exploratório sobre a relação da ética e a economia, especificamente as crises econômicas nas economias capitalistas pós 1929. A investigação tem como referência a teoria das fraudes inocentes de Galbraith, que, por sua vez, tem como premissa a mudança do comportamento econômico dos agentes ao longo do tempo, resultando num indivíduo contemporâneo mais agressivo, tanto como consumidor, como produtor, principalmente a partir da década de 1990, quando diversas menções técnicas permitiram um novo salto quantitativo e qualitativo na produção. O trabalho conclui pela reafirmação da tese do autor referencial, uma vez que é possível distinguir elementos éticos relacionados às crises recentes.

Palavras-chave: Crises econômicas, Elementos éticos, Comportamento econômico.

ABSTRACT

The present work is an exploratory study on the relation of ethics and economics, specifically the economic crises in capitalist economies after 1929. The research has as reference the theory of innocent fraud of Galbraith, which, in turn, is premised on the change in the economic behavior of agents over time, resulting in a more aggressive contemporary individual, not only as a consumer but also a producer, mainly from the 1990s, when various technical references allowed a new qualitative and quantitative leap in production. The study concludes by reaffirming the thesis of the referential author, since it is possible to distinguish ethical elements related to recent crises.

Keywords: Economic Crises, ethical elements, Economic behavior.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	8
1.1 Objetivos.....	9
2. METODOLOGIA DA PESQUISA.....	10
3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	12
3.1. Galbraith e as causas éticas das crises.....	15
4. CRISES E ÉTICA: A HISTÓRIA RECENTE.....	18
4. 1. A primeira grande crise especulativa: a depressão de 1929.....	18
4.2. As crises monetárias e financeiras 1997/1999.....	20
4.2.1. O caso asiático (1997).....	20
4.2.2. O caso russo (1998).....	21
4.2.3. O caso brasileiro (1999).....	22
4.3. A crise corporativa de 2002.....	23
4.4. A crise especulativa e imobiliária de 2008.....	25
5. NOTAS CONCLUSIVAS.....	27
6. BIBLIOGRAFIA.....	28

INTRODUÇÃO

A economia de mercado já passou por diversas crises, pequenas e esporádicas em seus primeiros tempos e mais profundas e prolongas do século passado para a atualidade, e vários pesquisadores já se dedicaram ao estudo desses importantes fenômenos, que tem sérias consequências para toda vida social. A grande maioria dessas pesquisas, entretanto, procura investigar as variáveis clássicas da macroeconomia, deixando em segundo plano, por opção metodológica, variáveis de outras ordens, ainda que mesmo marginalmente alguns trabalhos tem sido feitos nessa linha (como por exemplo GILBERT, 1986 e MARTINS 2005).

Esta monografia procura discutir os aspectos éticos das grandes crises capitalistas mais recentes, tendo por referência algumas das mais referenciadas contribuições da literatura especializada no campo da ética econômica. A maior referência área de pesquisa é GALBRAITH, 2004, material em que desconstrói algumas ortodoxias e apresenta uma original concepção sobre o papel, central, da ética para o entendimento das grandes crises capitalistas recentes.

O estudo se justifica por relacionar a crise a outro tema de grande relevância particularmente para o Brasil que é a ética. Estudiosos já escreveram obras instigadas pelo problema ético nacional (como assume em seu prefácio FONSECA 1993), que constantemente está presente na mídia escrita e televisionada. A corrupção pode ser associada e estar na origem da ampliação de diversos males sociais, como a educação de baixa qualidade, a baixa qualidade da assistência médica à população, entre outros. Faltam ainda maiores esforços dos pesquisadores para relacionar o tema à questão econômica, o que será feito aqui de forma introdutória, procurando demonstrar a ligação de eventos de ordem ética a outros de ordem econômica.

1.1 Objetivos

Objetivo geral:

- Realizar um estudo exploratório acerca da existência de possíveis elementos éticos relacionados a crises econômicas recentes (pós 1929).

Objetivos específicos:

- Construir um capítulo metodológico detalhando os procedimentos metodológicos adotados pelo presente trabalho;
- Fazer uma revisão de literatura geral, acerca das crises econômicas, e específicas, envolvendo aspectos éticos levantados por grandes pensadores da economia;
- Elaborar uma retrospectiva histórica das crises econômicas, ressaltando as experiências históricas em que emergem aspectos éticos relacionados a crises capitalistas nos séculos XX e XXI.

Para efetuar a análise proposta, o trabalho encontra-se estruturado por uma sequência lógica que se inicia no presente capítulo introdutório, ao qual segue o capítulo metodológico, em que estão expostos os pressupostos metodológicos do presente estudo e o capítulo teórico, em que são discutidas as principais contribuições teóricas da matéria, após o qual segue o capítulo analítico propriamente dito, em que é realizada a investigação principal dos fatores éticos por trás das grandes crises econômicas mundiais (sendo esse aberto um capítulo histórico dedicado à apresentação da primeira grande crise capitalista). Depois desses capítulos expomos as conclusões do trabalho e a bibliografia utilizada.

2. METODOLOGIA DA PESQUISA

O presente trabalho é um estudo exploratório amparado em uma pesquisa do tipo bibliográfica, uma vez que sua fonte básica de pesquisa é material bibliográfico, material esse que vai desde jornais referenciais no Brasil a materiais específicos da área de economia, como livros, revistas especializadas e produção acadêmica de cursos de graduação e pós-graduação. Também foi explorado o universo digital dos aludidos meios de comunicação, imprescindível recurso de pesquisa na contemporaneidade, uma vez que todos materiais, especializados ou não, encontram-se digitalizados ou com versão apropriada ao mundo virtual.

O objetivo central da presente pesquisa é a investigação introdutória acerca dos elementos éticos econômicos presentes em crises recentes (pós 1929), considerando aí perspectiva histórica, o que significa que será tomado o começo do século XX como referência da contemporaneidade. Neste período serão apresentadas e exploradas apenas as crises mais importantes, grandes crises que tiveram grande impacto para um país importante ou para vários países, o que se tornou mais comum com a globalização do capital desde o século passado. Períodos anteriores além de exigir um esforço demasiado apenas nesta etapa da pesquisa em função da precariedade das informações disponíveis e a quase inexistência de literatura especializada na área, não seriam coerentes com o referencial teórico principal, que contextualiza historicamente no século XX o começo da observação da relação entre os elementos éticos e as crises. O conhecimento aqui produzido, por sua vez, poderá servir de referência para ser utilizado em outras pesquisas aplicadas, já que o tema ainda demanda muitos desmembramentos e possibilidades de análise.

Alguns procedimentos metodológicos básicos devem ser ressaltados, pois estão diretamente relacionados com o preenchimento dos requisitos necessários à construção de um trabalho monográfico. O primeiro deles é a definição do tipo da pesquisa, qualitativa, pois não busca enumerar ou medir eventos e nem utiliza a estatística para análise dos dados. Esta modalidade será utilizada porque se pretende explorar os aspectos éticos econômicos presentes em grandes crises capitalistas, situando-a na Ciência Econômica atual e entender como sua utilização pode contribuir para a

construção de uma sociedade e economia melhor, uma vez que discutir ética sempre é um exercício de cidadania.

Será priorizada no estudo a pesquisa bibliográfica na língua portuguesa, com exceção de alguma referência relevante para o trabalho, uma vez que esta já possui grande volume de títulos em quase todas as linhas de pesquisa e essas fazem menção ao que há de mais importante produzido no exterior. Além dessa breve restrição metodológica, o estudo possui as limitações inerentes a um estudo exploratório, particularmente seu inerente caráter introdutório em relação ao tema (pois foi pouco explorado anteriormente), havendo muito ainda a ser desenvolvido para a área se consolidar, e o problema da disponibilidade de dados e informações e de tempo para realizar este trabalho acadêmico de conclusão do curso de economia.

A análise do objetivo principal será precedida de uma exposição da primeira grande crise capitalista, a crise de 1929, primeiro momento em que a economia de mercado se depara com a realidade de uma crise de grandes proporções, que modificou a forma dos pensadores lidarem com o próprio sistema capitalista, repensando parâmetros e políticas econômicas. Em relação às crises, aqui se fará referência apenas ao ano marco desse fenômeno (como é o caso da crise de 1929), que sempre se prolonga por pelo menos cerca de cinco anos (alguns antes e outros depois do ano marco), num movimento cíclico de médio prazo. Não serão abordadas outras crises antes da década de 1990, entretanto, por que elas acrescentam pouco em relação à crise de 1929, e isso por que não transcorreu tempo suficiente para difundir no sistema a mudança de comportamento defendida pelo autor referencial aqui adotado.

Por fim, cabe colocar que o método utilizado para apreensão das conclusões é o dedutivo, uma vez que procuraremos deduzir afirmações a partir de teorias gerais disponíveis, em particular de GALBRAITH (2000), pensador que analisa as crises contemporâneas associadas a fatores éticos, considerando as transformações pelas quais as economias capitalistas vêm passando na atualidade.

3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

As discussões entre as questões morais e a ética permeiam o pensamento humano desde a Antiguidade, sendo objeto de reflexão de pensadores de diversas culturas ocidentais na época, dentre elas: Grécia (possivelmente a mais profícua), Império Romano e Europa Medieval. Nesse espaço de tempo histórico a economia não se caracterizava como uma ciência era apenas mais uma variável na observação do todo, um aspecto comportamental a ser integrado aos demais para compor o todo social.

A atividade comercial idealizada por Aristóteles não aceitava que a troca entre as mercadorias pudesse apresentar ganho oriundo da comercialização, mas vislumbrava a busca pela satisfação das necessidades (BUARQUE, 2007, 23). Na idade média, por sua vez, o pensamento social dá uma guinada para o lado religioso, dado o predomínio arbitrário da igreja católica, e a concepção de São Thomaz de Aquino torna-se a grande referência para a sociedade. Nesta, os juros excessivos eram abominados, e a igreja aproveitava seu poder para legislar sobre a atividade econômica da civilização cristã, proibindo esse mecanismo que é um dos fundamentos para o surgimento e desenvolvimento dos mercados (RONCAGLIA, 2005).

Após a idade média vai surgir o iluminismo, um movimento de pensadores liberais que vai proporcionar um revolucionamento nas ideias e um debate efervescente que possibilitará o nascimento de todas as vertentes do pensamento social moderno. O pai da Ciência Econômica e maior expoente da Escola Clássica, Adam Smith, por exemplo, surge no bojo deste movimento, e 17 anos antes de “A Riqueza das Nações”, escreve a “Teoria dos Sentimentos Morais”, obra em que explora a natureza dos fatores éticos dessa sociedade moderna que está surgindo, para através das bases morais que norteiam o comportamento humano, procurar explicar a lógica da organização liberal das sociedades ocidentais .

A variável principal de Smith para explicar as sociedades liberais é a simpatia. As sociedades modernas são baseadas na liberdade, e a ausência da repressão por parte de um Estado autoritário não joga as pessoas umas contra as outras porque descobrem, por meio do excedente que o que é bom para cada indivíduo é bom para a sociedade como um todo, ou seja, esta organização social foi precedida de uma evolução nas técnicas de produção de forma a surgirem os primeiros excedentes e, conseqüentemente, posteriormente, a sistematização das trocas.

A simpatia ocorre inicialmente dentro da estrutura familiar (SILVA, 2007, 90), onde há uma colaboração natural pela sobrevivência, e na medida em que esta vem, há um ciclo virtuoso em torno da sociabilidade e a produção. Só depois é que a simpatia se estende à convivência social, pelo mecanismo de solidariedade ao avesso: quando há uma identificação e solidarização ao ser humano que sofre, a ajuda a esse ser na verdade representa uma ajuda a si mesmo para quem a realiza, pois ele o faz por deplorar aquela situação para si mesmo (SILVA, 2007, 91). No fim, a solidariedade seria apenas uma faceta do auto interesse, que, por sua vez, é um corolário da simpatia.

Segundo Termes (1992), para absorver o entendimento de Adam Smith, sobre as questões éticas e morais enfatizadas em suas obras, *A Riqueza das Nações*, e a *Teoria dos Sentimentos Morais*, estas deveriam ser lidas conjuntamente. Dessa maneira obtemos um entendimento mais coeso entre os fundamentos sociais (éticos) e econômicos da concepção desse autor. Essa interpretação conjunta pode ser observada por meio da leitura de trechos que contém o mesmo sentido sobre a moral. Na obra “*A Riqueza das Nações*”, o trecho que aborda o sentido é a que segue:

Não é da benevolência do açougueiro, do cervejeiro ou do padeiro que esperemos obter nosso jantar, e sim da atenção que cada qual dá ao próprio interesse, Apelamos não à sua humanidade, mas ao seu amor próprio, e nunca lhes falamos das nossas necessidades, e sim de seus interesses (SMITH, 1776, p.26-27, apud SEN, 1999, 39).

De outra forma essa ideia é expressa por Smith, quando elaborou “*A Teoria dos Sentimentos Morais*”:

Por mais egoísta que queira supor ser o homem, evidentemente existem alguns elementos na sua natureza que o fazem interessar-se pela sorte dos outros de tal modo, que a felicidade destes é necessária, mesmo que dela nada obtenha a não ser o prazer de presenciá-la (SMITH, apud TERMES, 1992, 19).

Se o auto interesse é quem embasa os gestos de benevolência social do ser humano, pois estes são reflexo involuntário de um comportamento natural que historicamente lhe proporciona melhores condições de vida, esse comportamento é avaliado como virtuoso e a harmonia social se instaura como decorrência da aceitação desse comportamento (SILVA, 2007, 93). Fonseca, por sua vez, intrigado com a adequação desses conceitos liberais e desse instrumental teórico à sociedade brasileira, esboçou em seu livro o que seria a resposta para encaixar a economia nacional, de resto, predominantemente de mercado, porém especificamente conivente com a corrupção.

A explicação de Fonseca para o comportamento contraditório do cidadão típico brasileiro, um indivíduo que se julga de bem, cumpridor de seus deveres e defensor dos bons valores, mas que convive com uma sociedade muito desigual, com problemas estruturais tanto de ordem social (deficiência nos sistemas de saúde e educação públicas) e com desvios de conduta de diversas ordens, é a criação de um novo conceito, o autoengano (FONSECA, 14, 1993). Só este novo conceito provocador abarca o caso brasileiro por explicar a situação por meio da ilusão de que se está fora, por cima, de uma sociedade injusta, e a economia continuar funcionando, resistindo a mudanças estruturais, que ademais, devem partir de uma mudança interior dos indivíduos.

Bernard de Mandeville já colocava em sua ‘Fábula das abelhas’ o problema da hipocrisia nas sociedades, como característica inerente ao ser humano, por mais que ele renegue, mas as sociedades funcionam em um delicado equilíbrio em que são mantidos os princípios sociais (comportando aí os ‘vícios’ privados) e os excessos são punidos. O caso brasileiro seria diferente e não entraria nessa lógica em função de sua incapacidade de superar esses excessos, construída historicamente devido a um predomínio absoluto de elites retrógradas. As mudanças estruturais profundas necessárias para uma modernização final na sociedade nacional não acontece porque o povo brasileiro ainda não tomou consciência que pode ser o sujeito da ação e isto acontece por causa de seu histórico exploração, que o faz incapaz de reagir a forças maiores que ele. Este elemento histórico remete à concepção marxista, que passamos a resumir agora.

A teoria marxista apresenta uma análise da burguesia através das constantes evoluções das condições materiais da vida. Desta forma, são criadas as condições para consolidar a consciência social, legitimando a ideia de capitalismo moral e ético. Além da legitimação da superestrutura vigente, dado que:

“Cada etapa da revolução percorrida pela burguesia era acompanhada de um progresso político correspondente. (...) a burguesia desde o estabelecimento da grande indústria e do mercado mundial, conquistou, finalmente a soberania exclusiva no Estado representativo moderno.” (MARX E ENGELS, 1961, 23).

Mantem-se assim a formação da superestrutura determinada pelos detentores do poder. O Estado administra os conflitos que são gerados entre o capital e o trabalho, posicionando-se ao lado dos detentores do poder. Assim, é possível dizer que a ética

capitalista é a ética da exploração da força de trabalho, sendo excluídas formas anteriores de superexploração (ainda que eventualmente possa fazer uso delas), que seriam, para o mercado, antiéticas (MARTINS, 2010, 4). O estado legitima a forma de exploração capital-trabalho, ratificando contratos e criando uma estrutura legal para proteção da propriedade privada, o fundamento do funcionamento do sistema, que possibilita a geração e multiplicação dos lucros, além de garantir a dinâmica da economia na medida em que estimula os investimentos e novas tecnologias.

Pelo prisma marxista, e sua concepção integrada de ética como uma variável social, uma vez que o comportamento da moral deve ser associado ao comportamento do homem (que é percebido em vários campos, como o social, o psicológico, o jurídico, o religioso, etc), qualquer avanço ético nas economias de mercado que podem ser atribuídas as forças sociais, uma vez que não se pode esperar de empresários que se preocupam apenas com a acumulação de capital, alguma preocupação social. As conquistas sociais e éticas que deixaram o capitalismo mais humano, tais como redução de jornadas de trabalho, implantação de sistemas públicos de saúde, educação e previdência, por exemplo, são, portanto, resultado de mobilizações sociais frente aos interesses do capital.

Por outro lado, do ponto de vista neoclássico a discussão ética é reduzida à produção de externalidade, situação que é classificada como antiética por resultar em impactos negativos a terceiros. Para os neoclássicos, a liberdade na produção só tem esse limite, que faz com que compartilhem com Marx, por raciocínio diverso, da negação da superexploração em moldes não capitalistas. Também podem ser citados como exemplos de problemas éticos na economia a produção de drogas, a poluição, a espionagem industrial, entre outros.

3.1. Galbraith e as causas éticas das crises

Em termos gerais poderíamos dizer que do ponto de vista da ortodoxia sempre há problemas éticos por trás das crises, uma vez que o sistema capitalista tende a funcionar perfeitamente, e apenas comportamentos antiéticos aos esperados pelos mecanismos do mercado é que gerariam situações de crise. Já de acordo com a perspectiva marxista, a regra seria a tendência à crise seguindo a própria lógica do sistema que não encontra bases sólidas para expansão contínua, havendo aí um problema ético intrínseco ao sistema, uma vez que a crise seria consequência de longo

prazo da acumulação de capital, que por sua vez, é baseada na mais-valia extraída indevidamente dos trabalhadores. Keynes aproveitou muito da análise marxista, mas foi mais específico ao afirmar que as economias de mercado tendem à crise devido à incapacidade da economia real em acompanhar a economia financeira, que projeta níveis de crescimento elevado baseado em estimativas imprecisas de valorização. Essas estimativas, entretanto, seriam, como regra, apenas imprecisas, e não de má fé.

Galbraith inova a teoria econômica porque é o primeiro pensador a associar o fenômeno específico das crises a questões éticas, algo que antes estava apenas implícito nas teorias keynesiana e marxista. Galbraith explicita a questão enfatizando um traço do comportamento dos indivíduos das economias de mercado menosprezado pelos pensadores clássicos e neoclássicos: a agressividade. A busca pelo ganho, por rendimentos maiores é legítimo e estimulado, não havendo limite superior para esses retornos econômicos, afinal o mercado é um poço de possibilidades e os melhores negócios podem crescer exponencialmente financiado pelo capital aberto (GALBRAITH, 2004, 16).

O problema está justamente nesses inocentes estímulos, aí há uma contradição. Como comportamento padrão que se alastra e exacerba a acumulação de capital, acaba estimulando também os desvios de conduta para obtenção do objetivo. É a clássica máxima antiética de supressão dos meios para se atingir os fins. Isso só pode se concretizar no capitalismo moderno do século XX em que as empresas já cresceram e começam a ganhar consciência de seu poder de mercado, pois a concorrência elevada de pequenas empresas não admitiria essa alternativa. Não só a teoria alternativa desse pensador captou uma mudança no ‘homo-economiscus’, também a teoria ortodoxa repensou o comportamento racional econômico do ser humano a partir da década de 1970, com a introdução da teoria dos jogos. Percebe-se que há um elemento comum nessa revisão, que é a perda da inocência. As pessoas foram gradativamente perdendo a inocência com o desenvolvimento do capitalismo, a ponto de agir não mais espontaneamente, mas sim pensando na reação do outro, tendo mais noção das implicações diversas da economia que o cerca.

Galbraith lista uma série de mecanismos que subsidiam a ascensão desse novo comportamento a ponto de torná-lo regra, um deles é a propaganda (GALBRAITH, 2004, 28). A propaganda se desenvolveu acentuadamente apenas após a década de 1950, se sofisticou e apoia significativamente o aumento do consumo para além dos níveis ‘necessários’, gerando uma cultura de consumo competitivo, alimentado por valores

como ostentação e excesso como forma de efeito demonstração. Sua sofisticação foi trabalhada por psicólogos e melhorada através da promoção de produtos por meio dos chamados formadores de opinião. Nessa nova realidade os indivíduos tiveram que obter mais renda para conseguir comprar mais e mais itens, parte dessa renda veio com aumentos de produtividade, mas outra parte teve que ser obtida no mercado através de mais trabalho ou outros mecanismos indevidos.

Outro mecanismo fundamental para generalização do que o autor aludido chama de ‘fraudes inocentes’ foi à própria profissionalização das gestões. As gestões profissionais, operadas apenas por especialistas como administradores, economistas e contadores, deveriam apenas promover a eficiência produtiva, entretanto a pressão por resultados significativos fez com que os executivos começassem a adotar medidas alternativas para produzir maiores lucros, atitudes de maior risco que passaram a ser ratificadas por conselhos administrativos manipulados por eles. Essas atitudes estão na raiz do problema e pode ser comprovado, segundo o autor, pela crise de 2002 nos EUA, que vai ser colocada no capítulo subsequente, quando detalharemos as formas como isso era operacionalizado.

4. CRISES E ÉTICA: A HISTÓRIA RECENTE

4. 1. A primeira grande crise especulativa: a depressão de 1929

O ano de 1929 foi marcado por uma crise econômica sem precedentes que culminou com a quebra da bolsa de Nova York, acarretando mudanças significativas nas áreas econômica, política e social. Após a primeira guerra mundial, particularmente do início da década de 1920 até um ano antes do ápice da crise financeira, a economia dos Estados Unidos vinha num processo cíclico de crescimento, com as pessoas apresentando um poder de comprar cada vez maior, entretanto, os preços dos produtos não estavam acompanhando o crescimento da renda. Tal fato indicava algo que até então ainda não havia acontecido em grandes proporções: o mercado estava superaquecido, produzindo um grande excedente de produção. A Primeira Guerra Mundial, foi um marco na aceleração da atividade econômica norte americana, aumentando significativamente a produção de matérias-primas, gêneros alimentícios e produtos industriais e alavancando o crescimento econômico. A consolidação desse processo foi o aumento das exportações (em especial dos itens citados), o que pode ser vislumbrado com o crescente superávit comercial, fazendo com que no final de 1919 a marca de um superávit do balanço de pagamentos fosse da ordem de US\$ 3,3 bilhões (THORP, 2000).

A economia dos Estados Unidos então passou por um período de abundância e euforia até 1928, com aumentos expressivos da atividade econômica, mas essa fase criou uma ilusão de crescimento sustentável, tendo em vista que a produção em larga escala não foi acompanhada por um igual crescimento na demanda, criando um problema de realização gradativo que foi se acumulando ao longo da década. Essa situação foi exponenciada pelo estímulo à especulação, levando a maior parte das pessoas a levar seus ganhos salariais para o mercado financeiro, para participarem dos ganhos com as ações, com a promessa de ganhos rápidos em pouco tempo. Com o movimento em massa para o mercado de capitais, houve excesso de liquidez, muitos empresários captaram recursos para aumentar a produção e encontravam investidores no mercado para concretizar as transações. Do outro lado os consumidores perceberam a boa fase da economia de forma diversa, pois eram estimulados a investir e viam que os

preços não estavam subindo, o que reduzia ainda mais a demanda devido à expectativa da uma queda maior nos preços.

Os problemas no funcionamento da bolsa de Nova York começaram a aparecer em meados de 1929, o que gerou uma onda especulativa forte, primeiro para cima, com volumes de negócios cada vez maiores, acarretando em uma supervalorização dos ativos, e depois para baixo, no movimento de vendas generalizadas de ações, mesmo com os preços dos papéis caindo substancialmente até o colapso em outubro de 1929. Tanto a atitude inicial de atração como a sequência de repulsa ao mercado revelou o comportamento chamado efeito ‘manada’, que demonstrou a fragilidade da racionalidade do *homo economicus* (GALBRAITH, 1972).

A dimensão significativa dessa primeira grande crise capitalista decorre de seus impactos nos indicadores econômicos e da sua duração propriamente dita. Quando Roosevelt assumiu a presidência dos Estados Unidos, a crise permanecia e ele, que foi eleito porque convenceu a população que sua base política poderia derrotar a crise. Esse presidente então tomou uma série de medidas nesse sentido, entre as quais podemos destacar: reformulação do sistema bancário e monetário (proibindo a transação de outras moedas da prata e do ouro nas relações de comércio), fixação de parâmetros no mercado de trabalho (fixação de um valor para o salário mínimo, um limite para as horas de trabalho diário e proibição do trabalho infantil) e investimentos em infraestrutura para assegurar empregos e minorar as consequências da crise. Tais medidas, posteriormente chamadas de New deal, foram exitosas e conseguiram recuperar a economia (PARKER, 2009).

A análise dessa crise nos remete a alguns elementos básicos. Os americanos sempre tiveram a predisposição em acreditar na possibilidade do êxito e no desenvolvimento significativo dos negócios, isso faz parte da cultura norte-americana, mas esse episódio mostrou que a economia real e financeira estão conectadas, e, se desgarrarem por alguma razão, em algum momento terá de haver a religação. Mais do que em qualquer lugar, os EUA possuem como lema ser a terra das oportunidades, essa cultura, que nada mais é que a exacerbação do liberalismo difundido desde o início da revolução industrial (e que posteriormente vai ser exportada), é que gerou a primeira grande crise das economias de mercado, a crise de 1929. O fato da economia americana vir de uma fase boa no início dos anos 1920, impulsionou as apostas no jogo financeiro e começou a cultura de investir em ações de forma generalizada, mas esse movimento dos agentes ocorreu de boa fé. Com exceção de artimanhas de alguns (que procuraram

‘oportunidades’ especulando com terrenos onde ferrovias iriam passar para extorquir o grande negócio ferroviário), todos envolvidos acreditavam relamente que a economia iria crescer muito, só que ignoraram a depressão pós-guerra em boa parte do mundo, resto do mundo esse que teria que comprar os produtos americanos para dar vazão a todo aumento de produção. Então neste caso, e neste período, não podemos relacionar elementos éticos à crise.

4.2. As crises monetárias e financeiras 1997/1999

4.2.1. O caso asiático (1997)

A crise surgiu em meados de 1997, influenciada por um forte ataque especulativo sofrido pela moeda tailandesa, que não conseguia se proteger do ataque cambial em decorrência do auto custo (em termos de reservas disponíveis) para manter o valor. Esse processo foi se alastrando entre os “tigres asiáticos” que não conseguiram controlar o valor de suas moedas frente ao dólar, resultando numa crise sistêmica. O ponto central dessa crise foi o forte endividamento do país, que criou a dificuldade econômica no governo, forçando a ‘opção’ pela flutuação da moeda. Com a crise instalada veio a especulação generalizada e o pânico financeiro que aprofundou a crise.

Os países atingidos, caracterizavam-se por apresentar padrões semelhantes, como desvalorização do câmbio, acompanhada por uma crise no sistema bancário e monetário, que recaia sobre o sistema financeiro (WAN, 2008). O endividamento externo desses países foi inflado em razão de processos de crescimentos econômicos acelerados voltados para produção industrial de produtos finais alimentando a elevação do consumo, sem investimento em tecnologia e infra-estrutura local.

O caso asiático apresenta poucas novidades com seus elementos especulativos, monetários e de relações promíscuas entre a iniciativa privada e o governo, e reforça as ações de que normalmente estão na raiz de grandes crises. Repete-se a sequência tradicional em que enquanto as apostas são positivas não se atenta muito para as bases reais porque se cria a falsa ilusão de que todos podem ganhar com a euforia financeira, mas depois a realidade se impõe ao aspecto financeiro e se revelam a ilusão na supervalorização de ações e da moeda. Pode-se dizer que aqui ainda está presente a inocência original no comportamento dos agentes, ainda que muitos anos após a

primeira grande crise, uma vez que para a maior parte das economias orientais essa possibilidade de crescimento econômico acelerado era desconhecido.

4.2.2. O caso russo (1998)

A partir de 1990, a Rússia começou a passar por um processo de transição econômica, deixando de lado a cultura comunista centralizadora, para o desenvolvimento dos negócios após mais de 70 anos de regime comunista. Obviamente estavam desacostumados e os primeiros passos retomaram erros do princípio das economias capitalistas, com o agravante do domínio de muitos segmentos por máfias. Os empresários não perderam tempo e começaram a fundar suas empresas e a querer crescer rapidamente, abrindo o seu capital para captar recursos para fomentar a sua produção.

O movimento generalizado de abertura e crescimento acentuado das empresas novamente não teve bases de sustentação consistentes, dado o nível embrionário do mercado russo, e a falta de garantias pelo governo. O desenvolvimento da crise foi semelhante aos casos anteriores relatados: alto endividamento, superprodução que não encontra demanda, governo que não faz sua parte investindo em infra-estrutura, controle do desemprego e, agora, nas décadas mais recentes, também inflação. Novamente aconteceu fuga de capital estrangeiro, que nessas horas procura mercados mais consolidados e tradicionais, gerando um processo desordenado de desvalorização do câmbio e aumento da taxa de juros. Segundo (PINHEIRO, 2007) o banco central russo triplicou a taxa de juros oficial, que estava na ordem dos 50%, passando no final de maio de 1998 a casa dos 150%, com o intuito de segurar a fuga do capital estrangeiro.

O pagamento da dívida pública russa, entretanto, estava atrelada à taxa de juros, de forma que o governo se viu na necessidade de tomar uma medida drástica na política econômica conhecida pelos países latinos, decretando moratória de 90 dias e, além disso, obrigou o pagamento da dívida em rublo, ou seja, os credores compraram os títulos da dívida russa em dólar, mas na hora do pagamento dos juros o governo pagaria em moeda local, bem menos valorizada. Tal fato gerou uma reação em cadeia no mercado financeiro local com a queda da credibilidade da economia russa afetando significativamente o mercado de capitais.

A Rússia, só vai começar a se reerguer após o comando de Vladimir Putin, que priorizou o ajuste nas contas públicas e a criação de mecanismos para fazer com que a

economia voltasse a crescer. Esse processo tem início em 1999 quando ele assume o poder e começa a implantar a sua política para reorganizar o Estado.

4.2.3. O caso brasileiro (1999)

O Brasil viveu durante um longo período histórico com um expressivo descontrole inflacionário, mesmo sendo adotadas várias medidas econômicas durante o século XX (que não surtiram efeito). Entretanto no ano de 1994, o então ministro da fazenda Fernando Henrique Cardoso lança um plano ousado para controlar a inflação intitulado “plano real”, que conseguiu fazer o que parecia impossível: estabilizar a economia brasileira.

Com a implantação do real e o seu valor sendo equiparado ao dólar, isso acerretou sérias mudanças no consumo interno, praticamente gerando toda uma demanda nova devido à estabilização, com os consumidores comprando em maior escala em geral, e produtos importados em particular (pois até então eram indisponíveis para o brasileiro). Essa alta do consumo afetou diretamente as empresas nacionais, que se viram obrigadas a reduzirem o valor de suas mercadorias para competir com as mercadorias estrangeiras e seus preços atraentes. Esse comportamento dos consumidores teve impacto direto na balança de pagamentos tornando-a deficitária, tendo em vista que o consumo dos produtos importados estavam superando as exportações e aumentando assim a dívida interna do país, configurando-se como os dois principais gargalos da crise de 1999.

Paralelamente, o Sistema Financeiro Nacional mantinha sérios problemas estruturais, particularmente o sistema bancário ocultava falhas de gestão, contaminado por ganhos proporcionados pela inflação de tempos atrás. Devido ao inchaço do setor, a estabilidade dos preços teve por externalidade negativa a falência de mais de 190 instituições financeiras, públicas e privadas que não conseguiram produzir lucro sem inflação. Além disso, as relações permissivas entre governos estaduais e bancos públicos promoveram prejuízos e havia influência governamental significativa sobre bancos privados. Essa situação só poderia ser resolvida com uma reestruturação do Sistema Financeiro Nacional com o objetivo de modificar a estrutura e reorganizar a forma das instituições financeiras aturem no mercado financeiro, tentando desmistificar a teoria da oposição governista que a manutenção da alta taxa de câmbio era de caráter eleitoreiro.

Saído do período de superinflação em 1994, próximo ao final do primeiro mandato do governo FHC, o Real já passa por seu primeiro grande teste, e o encaminhamento deste pela equipe econômica se revelou suspeito. A manutenção da taxa de câmbio valorizada deixou aos poucos de ser alvo de debate para ser motivo de consenso entre economistas brasileiros, ainda que contrariando o FMI (com o qual o país estava negociando um empréstimo), porém o governo manteve a cotação alta do real perante o dólar até o final do mandato. Todos envolvidos sustentaram essa posição até 2000, quando um repórter captou a declaração do então presidente do Banco Central Armínio Fraga, admitindo que Fernando Henrique Cardoso teria chances pequenas de se reeleger caso tivesse desvalorizado a moeda antes da eleição. (ver FOLHA DE SÃO PAULO, 2000).

A ética na política é de difícil explicação, porém do ponto de vista econômico os gestores da economia, em particular o presidente do BACEN em 1998; Gustavo Franco, sabiam que a manutenção do real muito valorizado traria prejuízos para o país com o aumento expressivo de importações, redução expressivo de exportações e pressão por mais dólares no mercado, o que fez o governo queimar reservas para tal. Este episódio revela erros de gestão propositais aumentando as proporções de uma crise que poderia ter sido melhor administrada do ponto de vista cambial. Se a política deve ser sempre exercida em benefício do país independente de sua vertente, a decisão de sustentar o câmbio valorizado também foi antiética politicamente, pois levou o país a uma situação delicada do campo cambial, que levou tempo para o país se recuperar, sem falar em suas repercussões macroeconômicas.

4.3. A crise corporativa de 2002

O início da crise de 2002 é bem anterior, remetendo ao fim da chamada exuberância americana da década de 1990. Hoje já se sabe, por meio da revisão das estatísticas, que a exuberância não foi tão grande assim e que a reserva federal subsidiou esse crescimento com juros baixos e os bancos emprestando irresponsavelmente o crédito fácil e barato, gerando a bolha especulativa no setor imobiliário (BRENNER, 2002). A desproporção constante entre valores financeiros e mercado real também se anunciou no nascente mercado virtual, inflado demais, formando prematuramente uma crise no novo mercado. Juntamente com a crise asiática e a russa, esse cenário fez com que os executivos tomassem novas medidas para elevar o preço das ações.

Neste momento começamos a observar ações antiéticas dos executivos no sentido de inflar o preço das ações artificialmente e sem correspondência real. O mecanismo básico é a compra de largos lotes de opções preferenciais para sinalizar falsamente ao mercado uma procura maior pelas ações da empresa, em regra da própria empresa, uma vez que com isso o executivo aumentava seus bônus (ENRON, 2005). Esse mecanismo começa a ser utilizado nos Estados Unidos nesse período e se expande como uma prática que marcou essa fase da economia americana e, se não gerou a crise (pois a causa é múltipla), certamente aumentou suas proporções.

A crise de 2002 foi, antes de mais nada, uma crise corporativa ocorrida nos Estados Unidos que revelou novos abusos em procedimentos gerenciais, além dos antigos já utilizados, para aumentar o lucro das empresas. O principal desses mecanismos foi a operação chamada marcação a mercado, meio pelo qual os executivos lançavam no balanço atual lucros previstos para exercícios futuros. Quando essa operação é feita com bases reais e os lucros previstos acontecem, ou seja, quando ela é feita de boa fé e com bases conservadoras, em regra não há problema, esse só acontece quando se abusa da operação e se superestima de propósito os lucros, o que ocorreu frequentemente na ENRON, pois geralmente havia prejuízo, que era coberto com outra jogada mal intencionada. Até então só casos esporádicos haviam ocorrido com esse mecanismo novo introduzido no mercado financeiro, não havia a percepção de que seu caráter especulativo e subjetivo dá margem a manobras no sentido de valorizar ganhos, manobras essas antiéticas. Foi o que aconteceu, pouco a pouco as empresas foram recorrendo a esse mecanismo, que foi sendo disseminado, e foi gerada uma bolha especulativa que estourou na mão dos investidores desavisados, uma vez que os que operavam diretamente a manobra sabiam que os preços das ações no mercado aberto não tinham base real, e que, portanto, iriam cair em breve, e venderam suas ações antes da farsa ser descoberta.

O caso da ENRON foi citado por Galbraith como a prova de sua tese. Uma farta produção acadêmica foi realizada para discutir esse caso, tal seu impacto no meio corporativo. O documentário ENRON (2005) é provavelmente o mais referenciado acerca do tema, devido, em parte, a sua autora ter tido acesso a documentos para escrever uma matéria para a Fortune à época em que a situação se desenvolvia. Segundo o documentário, 20 mil pessoas perderam seus empregos, os fundos de aposentadoria dos funcionários caíram com o valor das ações para níveis insignificantes, o presidente e o diretor financeiro da companhia foram condenados em processo criminal, e a maior

parte dos altos executivos da empresa venderam seus ativos antes da crise e escaparam com fortunas que variavam entre 30 e 250 milhões de dólares.

Trata-se de uma das empresas chave na crise de 2008 ocorrida nos EUA, que resultou no maior caso de falência corporativa da história desse país. Os executivos dessa empresa eram estimulados por seu presidente a ter uma postura agressiva perante o mercado, o que resultou em uma série de operações fraudulentas que levou a empresa à falência. Todos envolvidos, e foram muitos, acabavam entrando no jogo desonesto, como os auditores das duas maiores e mais conceituadas firmas de auditoria dos EUA (Arthur Anderson e Solomon Brothers), comprados com bônus significativos. Operações ‘apagão’ foram efetuadas propositadamente com o fim de pressionar o preço da energia na Califórnia, causando problemas sérios de diversas ordens e desgastando politicamente o governador democrata, que foi sucedido por um republicano apresentado como redentor, quando a desregulamentação é que tinha proporcionado a desorganização geral no setor de energia no Estado.

4.4. A crise especulativa e imobiliária de 2008

A crise de 2008 surge como a mais consistente desde a de 1929, uma vez que se prolongou muito e seus indicadores foram próximos aos dessa crise referencial. Ela começou através da inadimplência no mercado imobiliário, mas tomou grandes proporções ao se alastrar pelo resto da economia, atingindo todo o sistema financeiro norte americano.

Segundo Hermann (2009), “cada crise financeira marca o fim de um ciclo de crescimento econômico e do endividamento...”, e com a crise de 2008 não foi diferente, pois as empresas, na busca por aumentar a atividade produtiva, investiam cada vez mais seguindo a teoria de Say em que a oferta cria a sua própria demanda, e acabaram inflando a bolha que estava por vir. O mecanismo básico das grandes crises se repete, fazendo parecer que os agentes são maus alunos de economia, mas a verdade é que as crises são momentos de ganhos para os jogadores hábeis do mercado, que estudam a hora adequada de sair do mercado e realizar lucros.

O sistema financeiro norte americano nos últimos anos vinha mostrando um comportamento menos burocrático para aquisição de imóveis, com linhas de financiamento com taxa de aumento progressivo a cada mês, e ao mesmo tempo, maiores facilidades para adquirir essa linha de crédito. Tal processo financeiro tinha o nome de

subprime, pois eram oferecidos basicamente às pessoas que não apresentavam garantias necessárias para a captação das linhas de crédito menos onerosas e portanto tinham um nível de risco maior (já que as condições econômicas dessas pessoas era mais frágil).

O subprime começou a apresentar problemas na medida em que as taxas de juros foram aumentando periodicamente, e os devedores começaram a ter dificuldades para pagar as prestações. A inadimplência se disseminou, e o que era comportamento isolado passou a ser generalizado, desencadeando uma desorganização do sistema financeiro como um todo. Tendo em vista que as instituições financeiras de posse desses títulos de subprime sem retorno, decidiram vender no mercado, impulsionaram um aumento gradual da oferta desses títulos diminuindo cada vez mais o seu valor, gerando uma crise de liquidez no mercado financeiro.

No ápice da crise, as instituições financeiras não estavam mais emprestando uma para as outros influenciadas pela desconfiança gerada pelo mercado, sem conseguir identificar se os títulos que seriam dados como garantia das operações seriam confiáveis. Os bancos sem ter como arcar com os seus compromissos sistematizaram uma quebra coletiva sem precedentes afetando o mundo todo.

A análise desta crise nos leva à raiz ética do problema: o comportamento irresponsável de instituições diversas para sustentar um crescimento elevado, o antigo problema mal resolvido norte-americano de querer exacerbar as metas de crescimento econômico. Primeiro o FED (Reserva Federal; o Banco Central americano) insiste em redução contínua e longa na taxa de juros, caindo na armadilha da liquidez keynesiana, formulada na década de 1930. Depois os bancos começando a liberar empréstimos sem garantias para financiar hipotecas (dívidas imobiliárias). As referidas instituições já tinham experiência e exemplos históricos para saber que essas não eram medidas pertinentes para aquele momento e mesmo assim adotaram. Não se pode mais dizer que eram inocentes, não havia novatos na gestão do FED e os bancos tinham equipes completas para avaliarem as decisões administrativas.

5. NOTAS CONCLUSIVAS

O presente trabalho teve por objetivo realizar um estudo exploratório acerca da relação entre ética e crises econômicas, tendo por referência a teoria da fraudes inocentes proposta por Galbraith. O exame dos casos permitiu constatar que houve indícios de ações diversas dos principais agentes envolvidos nas crises listadas que podem ser classificadas como antiéticas. Mesmo que essas ações possuam alguma razão política (como no caso brasileiro que envolveu a reeleição do candidato a presidente) ou econômica (no caso americano a tentativa de manter, ainda que desesperadamente, o nível de crescimento na década de 2000), que justifiquem suas realizações, de acordo com os parâmetros éticos da ciência econômica e da ciência política não são aceitáveis. Entretanto o nível de investigação do presente trabalho não pode levantar e associar os elementos éticos nas crises estudadas.

No caso dos Estados Unidos da América, a recente sequência das crises demonstra incompetência, grandiloquência e má fé, tanto dos agentes públicos responsáveis por conduzir a política econômica, como da sociedade, que não aprendeu com os erros do passado. A primeira grande lição paradigmática foi a crise de 1929, que ensinou, para quem quis aprender, como é gestada uma grande depressão, desde o momento histórico subsequente de prosperidade aos desmembramentos financeiros posteriores e, por fim, seu potencial destrutivo em termos de falências e desemprego massivo. Depois ocorreram outras crises de produção até chegarmos às crises da década de 1990 e 2000, quando alguns agentes criam novos mecanismos para burlar os mercados e os governos, sendo exitosos dada a eterna esperança de enriquecer sempre alimentada culturalmente nos EUA. São nessas crises recentes, já eventos históricos, que a ganância de seus protagonistas se manifesta e são fortes argumentos a favor da tese de Galbraith acerca desse aspecto negativo na mudança de comportamento dos agentes na contemporaneidade, dos quais precisamos tomar ciência para prevenir a sociedade acerca de seus riscos e danos.

6. BIBLIOGRAFIA

BRENNER, Robert. A caminho do abismo: a crise na economia dos EUA. Disponível em < http://resistir.info/eua/brenner_port.html>. Acesso em 24/02/2014. Junho/2002.

BUARQUE, Cristovam. Da ética à ética: minhas dúvidas sobre a ciência econômica. Brasília: Editora do Senado Federal, 2007.

ENRON: Os mais espertos da sala. Alex Gibney. EUA, 2005.

FOLHA DE SÃO PAULO. Real 'forte' era imposição eleitoral. Caderno DINHEIRO, São Paulo: 16/04/2000.

FONSECA, Eduardo Gianetti da. Vícios privados, benefícios públicos? A ética na riqueza das nações. São Paulo: Companhia das letras, 1993.

GALBRAITH, John Kenneth. O colapso da bolsa de 1929: anatomia de uma crise. Ed. Expressão e Cultura, 1972.

GALBRAITH, John Kenneth. A economia das fraudes inocentes: verdades para o nosso tempo. São Paulo: Companhia das letras, 2004.

GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. São Paulo: Atlas, 1999.

GILBERT, Michael. Inflation and social conflict: a sociology of economic life and advanced societies. Sussex: Wheatsheaf Books, 1986.

HERMANN, Jennifer. Da liberalização à crise financeira norte-americana: a morte anunciada chega ao Paraíso. Revista de Economia Política. São Paulo, 2009.

MARTINS, Alexandre Lyra. O processo inflacionário brasileiro: 1890-1990. Condicionantes políticos e culturais. Lisboa, tese de doutorado, ISEG/UTL, 2005.

_____. Sobre a ética em Marx e nos neoclássicos. Mimeo. João Pessoa, 2010.

PARKER, Selwyn. O crash de 1929: As lições que ficaram da grande depressão. Editora Globo: São Paulo, 2009.

PINHEIRO, Juliano Lima. Mercado de Capitais: fundamentos e técnicas. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

RONCAGLIA, A. The wealth of ideas, Cambridge University Press, 2005.

SEN, Amartya. Sobre ética e economia. Companhia das letras: São Paulo: 1999.

SILVA, Marcos Fernandes Gonçalves da. Ética e economia: impactos na política, no direito e nas organizações. Rio de Janeiro: Campus Elsevier, 2007.

THORP, Rosemary. Progresso, pobreza e exclusão: uma história econômica da América Latina no século XX. Washington: Banco Interamericano de Desenvolvimento e União Européia, 2000.

TERMES, R. Antropologia del Capitalismo. Barcelona: Plaza & Janes, 1992.

WAN, Ming. The Political economy of East Asia: striving for wealth and power. Washington, D.C.: CQ Press, 2008.